



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9373 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

Jovens, mulheres e de origem rural: trajetórias de inserção em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro

Ivan Faria - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Jaiana da Silva Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

JOVENS, MULHERES E DE ORIGEM RURAL: TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as trajetórias de mulheres de origem rural até seu ingresso em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, envolvendo cinco jovens inseridas nos cursos de Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária e Ambiental e Agroecologia, que responderam a questionários e entrevista semiestruturada realizadas de forma remota. Os resultados apontam que a articulação analítica entre contextos estruturais e contextos de vida, auxilia a compreensão dos processos de construção de trajetórias educacionais longevas e sinaliza para um *ethos* rural em transformação, incluindo suas (dis)posições de gênero.

Palavras-chave: Juventude rural. Trajetórias. Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o processo de democratização de acesso ao ensino superior no Brasil foi impulsionado em grande medida por políticas públicas federais iniciadas em 2003, que promoveram a expansão e/ou interiorização da oferta, ampliando as oportunidades para que grupos historicamente sub-representados como negros, quilombolas, comunidades rurais, mulheres chegassem em maior número a essa etapa da educação[1].

Especialmente sobre juventude de origem rural, a quem este trabalho pretende dar visibilidade, as pesquisas são relativamente recentes, com foco sobretudo em temas como os processos de socialização e de divisão social do trabalho, a migração e as perspectivas de futuro, os processos educativos e suas desigualdades, dentre outros (BARASUOL, DOULA, BOESSIO, 2017). Entre os diferentes recortes temáticos, há uma questão que de forma direta

ou indireta (mais ou menos visível) atravessa esse campo de investigação, as desigualdades de gênero no meio rural. Se no passado, as mulheres eram minoria na migração para grandes centros urbanos, nas últimas três décadas, a situação se inverteu. Segundo Weisheimer (2013, p. 22),

as estatísticas dos processos migratórios demonstraram que o êxodo rural, nas últimas décadas, foi protagonizado principalmente por jovens, entre os quais as mulheres constituíram a maioria. Tal fenômeno contribuiu para um acentuado processo de envelhecimento e masculinização das populações rurais.

A cultura patriarcal, as barreiras aos processos sucessórios para a posse da terra e a invisibilização e subalternização do trabalho feminino, por um lado, e a ampliação das possibilidades de escolarização e de ocupações urbanas, por outro, são algumas das possíveis razões para novas formas de mobilidade social feminina no campo (MAIA, MUNAIM, 2015; FARIA, FERREIRA, PAULA, 2019).

O presente trabalho é um desdobramento de uma pesquisa mais ampla sobre processos de preparação, inserção e permanência no ensino superior e pretende compreender as trajetórias de mulheres de origem rural para o ingresso em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro, no Recôncavo baiano. Dos pontos de vistas teórico e analítico, busca articular “contextos estruturais” (condições sociais, materiais, institucionais e “contextos de vida” (espaços de configuração de subjetividades e biografias) (FERREIRA, 2003).

As participantes do estudo são jovens mulheres bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET), oriundas de comunidades rurais e inseridas em cursos de ciências exatas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o que implica em desafios adicionais, por se tratarem de cursos de público majoritariamente masculino.

A UFRB é multicampi e foi criada em 2005. Desenvolveu-se no contexto do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, recebendo sobretudo estudantes de cidades do Recôncavo baiano com perfis socioeconômicos majoritariamente de origem popular, como atesta estudo feito pela própria instituição, mostrando que em 2017, 82,5% possuíam renda familiar de até 1,5 salários mínimos (UFRB, 2017).

A pesquisa é de natureza qualitativa, apoiando também em dados quantitativos sobre o perfil das participantes. Foram selecionadas cinco jovens mulheres com idades entre 21 e 24 anos, de origem rural de classes populares, aqui identificadas com nomes fictícios. Quatro se declararam pardas e uma branca, não possuem filhos e apenas uma delas não é solteira. Tiveram seus percursos educacionais em escolas públicas e de comunidades rurais baianas, com rendas familiares médias de 1 até 3 salários mínimos. Quatro delas são filhas de pais ou mães agricultores e a escolaridade predominante entre seus genitores é o ensino fundamental incompleto. Três cursam Engenharia Florestal (EF) e as outras duas, Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA) e Agroecologia (AG).

A produção de dados ocorreu entre maio e junho de 2020, com aplicação de questionários, com a finalidade de traçar o perfil sociodemográfico das participantes, seguida da realização de entrevistas semiestruturadas, de forma remota devido à pandemia da covid-19.

TRAJETÓRIAS EM UM CENÁRIO DE MUDANÇAS NO RURAL

As cinco jovens cresceram no meio rural de municípios baianos, sendo que apenas uma delas é originária da própria cidade-sede do campus onde estuda, Cruz das Almas. Integram grupos com rendimentos familiares relativamente baixos de até três salários mínimos, para grupos com até sete membros. Apesar disso, fazem parte de um segmento das classes populares do campo, inclusive no aspecto geracional, que não precisou inserir-se precocemente em atividades laborais ligadas à terra, que tradicionalmente servem como forma de contribuir com a renda familiar e também como matriz socializadora.

Segundo Campos (2011), nas trajetórias de vida contemporâneas, os processos de socialização são múltiplos e simultâneos na comunidade, na escola, na igreja e na família, sendo que neste último grupo ocorre a incorporação das disposições mais duradouras dos indivíduos.

Nas trajetórias das jovens, percebe-se que nas configurações socializadoras familiares, as mães possuem níveis de escolaridade superior aos dos pais, apenas uma era agricultora, incluindo outra que é professora, apontando para mudanças no lugar social ocupado pelas mulheres no mundo rural. Ainda assim, a figura paterna geralmente era pouco presente em relação à educação dos filhos ou até mesmo totalmente ausente, mas atuando como importante no suporte financeiro, pois todas as cinco continuaram a depender da família para custear a vida acadêmica, quando saíram das suas comunidades de origem para estudar. As mães permanecem como principal incentivadora, cuidadora e maior responsável pela educação dos filhos, como relata Marta “[...] *na verdade a minha educação foi a minha mãe que teve todo... ela que era preocupada com a educação, meu pai nunca foi muito de se meter na educação da gente questão de escola*” (Marta, 26, ESA).

As expectativas em torno da educação para as famílias se refletiram no início precoce de escolarização, ocorrendo entre os 2 a 5 anos de idade, o que foi possível graças à oferta de Educação Infantil em suas próprias comunidades. Já na segunda etapa do Ensino Fundamental, as participantes tiveram que se deslocar para a sede dos municípios para continuar os estudos, situação que se manteve até o final do Ensino Médio, já que, em geral, há uma baixa cobertura desses níveis de ensino na zona rural, como ilustra o depoimento de Laura (21, EF), “[...] *fui começar a quinta série do Ensino Fundamental na escola da sede da cidade [...] porque na zona rural onde eu morava não tinha Ensino Fundamental até oitava série, então tinha que ir pra sede*” (Laura, 21, EF).

Apenas uma das estudantes pôde concluir a educação básica em seu local de moradia, já que com a construção de uma escola de ensino médio no seu distrito, foi possível voltar a estudar em sua comunidade de origem.

A partir da conjunção de condições estruturais de oferta de ensino público e de apoio familiar, os percursos de escolarização das jovens transcorreram sem maiores obstáculos, contrariando uma realidade ainda presente no meio rural marcado por baixo rendimento escolar, taxas expressivas de reprovação, abandono (PIMENTA, 2017), possibilitando projetar a continuidade da formação em nível superior.

As trajetórias de formação construídas romperam com expectativas laborais para mulheres de um “prolongamento” das funções domésticas, do cuidar, do servir, do educar, que tradicionalmente as afastariam de escolhas acadêmicas e profissionais em nível superior,

ainda mais em cursos das ciências exatas. Observou-se ainda nos relatos das participantes que a origem no campo também participou da escolha de cursos que possuem relação com a terra e o meio ambiente, ao ressaltarem terem desejado fazer cursos que estivessem relacionado à natureza ou então que dessem “algum retorno” para suas comunidades, como destaca Nara (24, ESA), “[...] o fato de ser de zona rural influenciou sim na minha escolha do curso”.

No processo de escolha dos cursos, ainda pesa a avaliações dos custos de conduzir uma graduação, sendo que duas delas pensaram em fazer odontologia, mas declinaram por conta dos gastos previstos. Além disso, o caráter público e a proximidade da instituição das cidades de origem foram decisivas para a concretização dos projetos de ingresso no ensino superior, aliados às políticas de ações afirmativa, como registra Laura (21, EF):

A cota me ajudou a me inserir na universidade, porque o fato de eu ser da zona rural e ter renda mínima menor de um salário mínimo por pessoa [...] o fato de ajudar essas pessoas que são humildes e que não têm uma educação comparada como uma de escola particular [...] me ajudou com certeza a me inserir; a ocupar o lugar que eu tenho de direito dentro da universidade, e carrego comigo um peso maior; porque eu sei que aquela vaga é destinada a pessoas como eu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação analítica entre contextos estruturais (melhoria das condições de renda, ampliação da oferta da educação básica no campo e no interior do país, políticas de ações afirmativas e interiorização do ensino superior) e contextos de vida (projetos familiares de educação, suportes simbólicos e materiais) oferecem pistas importante para compreender algumas mudanças importantes acontecidas no universo de jovens de origem rural. Mesmo em contextos em que as condições de acesso à educação nem sempre são favoráveis, as participantes conseguiram construir trajetórias de escolarização longevas culminando com o ingresso no ensino superior público, na dialética entre a decantação disposições sociais e os ideais projetos pelos pais de uma vida “menos dura”.

A presença de mulheres de origem rural em cursos de engenharia também seria improvável há alguns anos, de modo que as experiências das jovens participantes do estudo sinalizam para um *ethos* rural em transformação, incluindo suas (dis)posições de gênero.

REFERÊNCIAS

BARASUOL, A. DOULA, S. M., BOESSIO, A. T. Jovens e juventudes em contextos rurais: produções científicas da pós-graduação brasileira (2010-2015). **Revista Linhas**, v.18, n.7, p. 239-262. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017239>. Acesso em: 20 mai 2021.

CAMPOS, A. R. Problematizando a família sob novas lógicas de constituição e

interação. **Revista Pedagógica**, n. 26 v.1, p.59-86, jan-jun, 2011.

FARIA, G. J. A., FERREIRA, M. D. L. A., PAULA, A. M. N. R. de. Exôdo Rural Feminino: Gênero, Ruralidades e as Razões e Consequências da Migração da Juventude Rural Feminina. **Revista Grifos**, v. 28, n.47, p.98-120, 2019. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4620> . Acesso em: 09 mai 2021.

FERREIRA, V. S. O lugar da escola na estruturação de carreiras artísticas. In: SANTOS, Maria de Lourdes Lima. **O mundo da “arte jovem”**: protagonistas, lugares e lógicas de acção. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 67-157.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, n. 25, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10548?lang=pt> . Acesso em: 10 set 2020.

PIMENTA, M. M. **Ser jovem e ser adulto**: identidades, representações e trajetórias. 2007, 464f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). **Portfólio UFRB - Perfil dos Estudantes** - Julho de 2017. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/images/conteudo/portfolio-ufrb.pdf>. Acesso em: 30 mar 2021.

VASCONCELOS, A. M. V. Juventude e ensino superior no brasil. In: DWYER, T. et al. **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016, p.125-137.

WEISHEIMER, N. Juventudes rurais e a invisibilidade social. **Revista Desidades**, n.1, a. 1, p.22-27, dez. 2013.

[1] Vasconcelos (2016), ao analisar as características dos jovens universitários brasileiros com base no último Censo Demográfico realizado em 2010, identificava que dentre aqueles com idades entre 18 e 24 anos, apenas 4,2% tinham ensino superior completo. As taxas para as mulheres eram de 5,2%, para pretos 2,0%, para pardos 2,2% e de 1,0% para moradores do meio rural.